

Brasil: (re)descoberto nas suas imaterialidades

*Greciene Lopes dos Santos Maciel**

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir as políticas formuladas e implementadas para o Patrimônio Cultural Imaterial no âmbito do IPHAN, bem como os aspectos políticos, institucionais e conceituais que envolvem tais políticas com o Estado de Alagoas.

Palavras-chaves: Patrimônio Imaterial; Patrimônio Imaterial de Alagoas; Políticas Públicas.

Abstrat

This article is the subject of discussion the policies formulated and implemented for the Intangible Heritage in the IPHAN, as well as political, institutional and conceptual aspects involving such policies with the State of Alagoas.

Keyword: Intangible Heritage; Intangible Heritage of Alagoas; Public Policy.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2013). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Museus e Educação LEME FaE/UFMG, Membro do International Council of Museums (ICOM) e integra o Committee for Education and Cultural Action (CECA). Consultora UNESCO/PRODOC – Departamento do Patrimônio Imaterial – DPI – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – Alagoas. Professora Substituta do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (CEDU/UFAL). E-mail: grecie.lopes@gmail.com.

Patrimônio Cultural Imaterial: significando o que significa

O tempo cultural não é cronológico. Coisas do passado podem, de repente, tornar-se altamente significativas para o presente e estimulantes do futuro.

Aloísio Magalhães, E Triunfo?

As duas vertentes de pensamento produzidas por Mário de Andrade e Aloísio Magalhães são consideradas marcos propulsores das contemporâneas políticas de preservação do patrimônio imaterial. Embora não completamente levadas a cabo em seus contextos históricos, as propostas e argumentos para as políticas culturais mantiveram um grupo de apoio formado por quadros técnicos e intelectuais que passou a reivindicar a implantação destes ideais na esfera federal. É assim que se buscou, com êxito, incluir na Constituição de 1988 a apreensão da noção de patrimônio cultural brasileiro, e a equiparação das dimensões materiais e imateriais dos bens culturais (ALENCAR, 2010).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão federal criado em 1937 para proteger os elementos formadores da sociedade brasileira, conduziu por mais de cinquenta anos uma política restrita, que silenciava segmentos populares intrínsecos à formação da nação e, por esta exclusão, conformou-se um conjunto de referências culturais denominadas como patrimônio “não consagrado”.

Mas, se por acaso, a reflexão e a consequente ação sobre o patrimônio imaterial brasileiro tivessem um santo padroeiro, esse santo seria mesmo Mário de Andrade, sem dúvida um dos nomes mais importantes da cultura brasileira¹. E foi do legado deste, que um grupo formado por intelectuais, técnicos do Iphan, folcloristas e movimentos sociais, esteve desde o início da execução da política patrimonial interessado em incluir as produções das camadas populares na abordagem da política federal.

Se em 1988 fora dada a autorização para a criação de novos mecanismos para o tratamento ao patrimônio, porém, até o ano 2000 não havia um instrumento jurídico específico para a promoção de práticas em relação à dimensão imaterial dos bens culturais. Após a promulgação da Constituição, teve uma fase de hibernação, e ainda demorou cerca de dez anos para que a elaboração deste instrumento pudesse começar a ser pensada. Embora o Brasil fosse um dos precursores das políticas de patrimônio, uma espécie de falta de entendimento da questão imperou no país neste espaço de tempo.

Em novembro de 1997, o Iphan promoveu o seminário *Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção*, em Fortaleza (Ceará). Como resultado das discussões, foi produzido um documento referencial para a política do patrimônio imaterial, a Carta de Fortaleza. Nela recomendavam-se o aprofundamento do debate e a criação de um instrumento legal, instituindo o registro como principal modo de preservação e de reconhecimento dos bens dessa natureza. Como resultado, em 1998 é criada uma comissão e um grupo de trabalho – GTPI, para assessorar esta comissão, que reuniu técnicos do Iphan, da Funarte e do MinC, com o objetivo de elaborar propostas visando a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Os resultados dos trabalhos realizados vão ser apresentados no ano de 2000, e as premissas para o tratamento daquele patrimônio até então “não consagrado”, passou a ser denominado como patrimônio imaterial e reconhecido como as práticas, as representações, as expressões, os saberes, as celebrações, as técnicas e os instrumentos, os objetos e lugares associados, os quais os grupos sociais reconhecem como referências culturais.

Através do Decreto Presidencial nº 3.551/2000², institui “o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro” e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Conforme expresso no documento: O Registro do Patrimônio Imaterial³:

Mais do que uma inscrição em livro público ou ato de outorga de um título, o registro corresponderá à identificação e produção de conhecimento sobre o bem cultural. Equivalerá a documentar o passado e o presente da manifestação e suas diferentes versões, tornando essas informações amplamente acessíveis ao público. O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais, pois esta é a única maneira possível de preservá-los (MinC/IPHAN, 2003).

Quatro anos mais tarde, em 2004, na Gestão do Ministro da Cultura Gilberto Gil, o Decreto nº 5.040 criou o Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan (DPI), que incorpora as experiências anteriores e dá continuidade ao trabalho que já vinha sendo realizado pelo Departamento de Identificação e Documentação do Iphan – DID. O Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular – CNFCP, antes vinculado à Funarte se junta ao DPI e passam a coordenar, no âmbito da instituição, a política de salvaguarda dos bens culturais imateriais.

A política federal para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial completou 14 anos e o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), fez 10 anos. Se comparado à política desenvolvida pelo Instituto, fundado em 1937, é muito pouco tempo, principalmente para formular e implementar políticas que possam responder a um conjunto tão amplo de segmentos, tendo-se em vista a complexa articulação entre a diversidade cultural e a dimensão territorial do Brasil (Iphan/DPI, 2014).

Entretanto, a experiência acumulada nesse período é significativa no que tange, sobretudo, à interlocução que se procura estabelecer com as bases sociais detentoras do patrimônio identificado e reconhecido. Podemos identificar três fases na política do patrimônio imaterial já decorridas desde o ano de 2000: A primeira fase em 2000, que visou realizar experiências que proporcionassem o aprimoramento dos instrumentos criados, o Registro⁴ e a aplicação

da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)⁵. A segunda fase foi a de implementação, em 2004, quando é criado o Departamento do Patrimônio Imaterial – DPI e, de maneira sistemática, buscou-se ampliar as experiências e a rede de interlocutores institucionais e da sociedade civil. A terceira fase foi a de consolidação, de 2011 até o momento atual, pode-se dizer que a política está sendo consolidada (Iphan/DPI, 2014).

Hoje há uma ampliação da demanda e da descentralização das ações dentro do Iphan que busca envolver as Superintendências Estaduais na implementação das ações de identificação, reconhecimento e principalmente nas de apoio a sustentabilidade dos bens já registrados. É período de criação de instrumentos de difusão das pesquisas e dados já acumulados com a implantação do MaPi – Mapeamento do Patrimônio Imaterial⁶, que contribuiu para a consolidação e visibilidade do campo. É importante reconhecer, que a política cultural que o Ministério da Cultura vem desenvolvendo nos últimos doze anos abriu espaço para que diversos grupos, movimentos e detentores pudessem contribuir mais efetivamente na formulação da política pública para o setor cultural com a participação em Conferências Nacionais, Plano Nacional da Cultura e Conselho Nacional de Política Cultural. Alguns programas de apoio e fomento desenvolvidos pelo MINC como o Programa Cultura Viva, que agora é lei, também contribuíram para este avanço no campo do Patrimônio Imaterial (Iphan/DPI, 2014).

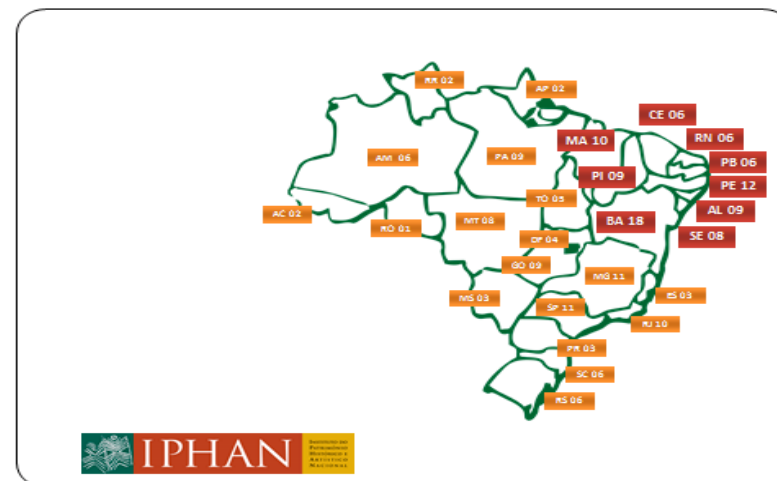
Entre 2003 e 2014, o DPI recebeu 126 processos de registro (quantitativo nacional) que se encontram:

Quadro 1-Processos de Registros no DPI.

SITUAÇÃO/FASE	QUANTITATIVO
Análise preliminar: Processos de Registro que ainda não passou pela Câmara do Patrimônio Imaterial.	17 Processos
Instrução Técnica: Processos de Registro que já passaram pela Câmara do Patrimônio Imaterial e, considerados pertinentes, estão em instrução técnica.	22 Processos
Finalização da Instrução: Processos de Registro na fase final de instrução.	12 Processos
Registrados: Processos concluídos, culminados em inscrição nos livros de Registro.	30 Processos
Arquivados: Processos indicados para arquivamento pela Câmara do DPI ou pelo Conselho Consultivo.	38 Processos
Com problemas de encaminhamento: Processos com entraves para execução, problemas de documentação e/ou outros encaminhamentos.	7 Processos

Fonte: Iphan/DPI 2014.

Figura 1 – Processos de Registro concluídos, arquivados ou em andamento por estado.



Fonte: Iphan/DPI 2014.

Há, ainda, dois processos que envolvem as 27 Superintendências do Iphan, por se tratarem de bens de abrangência nacional: Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda de Capoeira. A Capoeira foi considerada pela Unesco (em 26 de novembro, de 2014) como Patrimônio Imaterial da Humanidade, se juntando ao Frevo, do Círio, do Samba de Roda e da Arte Kusiwa dos índios Wajãpi.

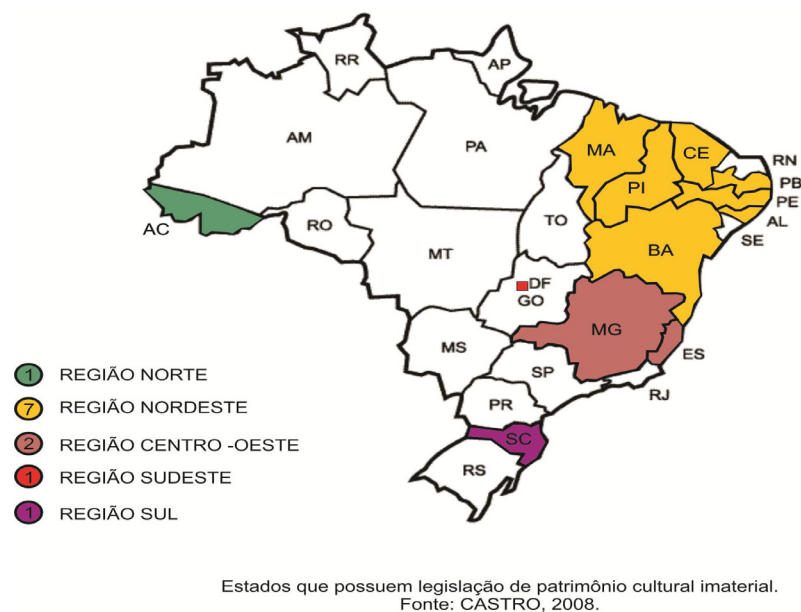
Apesar das Políticas para o Patrimônio Cultural Imaterial serem recentes, temos uma bibliografia relevante sobre o tema, que tem se tornado um objeto de crescente atenção no campo acadêmico e das políticas de preservação. O que assistimos na atualidade do Iphan é uma continuidade da implementação da política, se o governo Lula com Gilberto Gil na frente do Ministério da Cultura representou um divisor de águas para a área cultural, no governo Dilma o rio seguiu

o percurso traçado, as pesquisas, os registros, os inventários e salvaguardas continuaram a acontecer, como vamos observar na experiência da Superintendência do Iphan do Estado de Alagoas.

O que é que Alagoas tem?

É visível a importância do Nordeste brasileiro para a política do Patrimônio Imaterial, dos 30 bens registrados, 12 pertencem à região Nordeste. Dos 12 Estados brasileiros que criaram legislações específicas acerca do patrimônio cultural imaterial até 2011, sete estão localizados no Nordeste (ALVES, 2013).

Figura 2 – Estados que possuem legislação de Patrimônio Cultural Imaterial.



Quem lançar um olhar atento sobre o Patrimônio cultural de Alagoas, irá perceber que um amplo horizonte se abre. O Estado de Alagoas se constituiu a partir do desmembramento da antiga Capitania de Pernambuco, sua riqueza alude a importância de suas águas, tal abundância de leitos fluviais abrange quase a totalidade das suas terras o que reforça o Estado ser conhecido como “paraíso das águas”. Mas Alagoas não é só suas “águas” é um Estado que possui uma expressiva manifestação de referências culturais. A maior parte dessas referências presentes revela a variedade local da cultura popular tradicional, o que traduz a expressividade das contribuições do Estado para a própria diversidade cultural brasileira.

A trajetória do IPHAN no Estado de Alagoas se inicia em 1937, quando o Instituto ainda se denominava SPHAN, Alagoas pertencia ao 1º distrito em Pernambuco, que era responsável pela ação institucional nos Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba. Esta estrutura foi mantida até a década de 1980, quando Alagoas passa então a pertencer a 8ª Coordenadoria Regional, junto com o Estado de Sergipe. Em 2004, o IPHAN Nacional passa por uma reformulação, onde foram criadas novas coordenações regionais, e é implantada a 17ª Superintendência do IPHAN em Alagoas. Em 29 de setembro de 2010, é inaugurada sua sede própria em Maceió, no bairro histórico e portuário de Jaraguá. Durante este percurso a instituição em Alagoas realizou doze tombamentos conforme mostra no quadro abaixo:

Quadro 2 – Tombamentos no Estado de Alagoas.

BEM TOMBADO PELO IPHAN EM ALAGOAS	LOCAL	ANO	LIVRO DE TOMBO
Residência Maria dos Anjos (Convento dos Franciscanos) e Cruzeiro de Pedra	Penedo	29/12/1941	Histórico

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação	Porto Calvo	17/01/1955	Histórico
Convento e Igreja de São Francisco	Marechal Deodoro	04/11/1964	Histórico
Remanescentes da casa natal do Marechal Deodoro da Fonseca	Marechal Deodoro	25/08/1964	Histórico
Igreja de Nossa Senhora das Correntes	Penedo	28/07/1964	Histórico
Igreja de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos	Penedo	28/07/1964	Histórico
Casa de Graciliano Ramos	Palmeira dos Índios	03/06/1965	Histórico
<i>Serra da Barriga Quilombo dos Palmares; República dos Palmares</i>	<i>União dos Palmares</i>	<i>19/02/1986</i>	<i>Histórico Etnográfico Paisagístico</i>
Conjunto histórico e paisagístico da cidade de Penedo	Penedo	30/10/1996	Histórico Arquitetônico Etnográfico Paisagístico
Sítio histórico e paisagístico de Piranhas	Piranhas	04/07/2006	Sítio Histórico e Paisagístico
Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Marechal Deodoro	Marechal Deodoro	29/06/2009	Conjunto arquitetônico e urbanístico
Igreja Nossa Senhor Mãe dos Homens	Coqueiro Seco	2011	Histórico

Fonte: Lista dos bens culturais inscritos nos livros de tombo - 1938/2012 <http://portal.iphan.gov.br/portal>. (Grifos nossos.) Acesso em Fevereiro de 2015.

Como se percebe no quadro acima a proteção do patrimônio edificado prevalece, e reflete a construção de uma ideia de patrimônio nacional, estabelecida nas primeiras décadas de atuação do Iphan (no Estado), que concentrava as ações de preservação e os investimentos de recursos na proteção do deste tipo de patrimônio e com um olhar exclusivista aos monumentos.

Apesar do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas já ter sido amplamente estudado por centros avançados como o Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular, além de ter no Estado pesquisadores como Theo Brandão, Manuel Diegues Júnior, Artur Ramos, entre outros, sabemos que os campos do folclore e do patrimônio iniciaram-se e desenvolveram-se apartados (Chuva, 2011), é possível dizer que, se as atuações destes folcloristas e do SPHAN em Alagoas não se cruzaram, isso mostra os diferentes caminhos percorridos pelos agentes que integraram estes campos da política cultural no Brasil (ROCHA, 2013).

As primeiras ações da Superintendência do IPHAN /AL com pesquisas envolvendo o patrimônio cultural imaterial data do ano de 2006, de acordo com um levantamento de base documental sobre as ações de identificação, registro e salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial já realizadas na Superintendência do IPHAN /AL⁷, de 2006 até 2014, a Superintendência realizou:

Quadro 3 – Pesquisas com Editais de financiamento do IPHAN.

PROCESSO	ANO	DESCRIÇÃO
Documentação áudio-visual das referências culturais associadas à utilização da mandioca e da taipa, nas localidades de Poxim e Pontal do Coruripe/AL	2006	Projeto financiado pelo IPHAN (Edital 01/2005). A região sul de Alagoas apresenta uma dimensão histórico-cultural constituída de um mosaico de histórias que se acumularam ao longo do tempo. A pesquisa foi montada a partir desta constatação, e buscou repertoriar a memória dos viajantes seiscentistas, através da identificação e do registro de antigas práticas culturais existentes nas comunidades do Município de Coruripe/AL: Poxim e Pontal de Coruripe Estudo realizado por pesquisadores vinculados à UFAL (arquitetos e antropólogos). Os resultados da pesquisa foram apresentados por meio da produção de três documentários : - Tiras de Imbira: a cor vermelha do Poxim - Coisas que a terra dá: a taipa no Poxim - Por dentro e por fora da terra: a mandioca no Poxim
Gira da tradição	2007	O Projeto Gira da Tradição resulta de uma proposta construída pela Fundação Municipal de Ação Cultural de Maceió em parceria com Casa de Iemanjá, financiado pelo IPHAN, por meio do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PINPI/ 2007. O projeto pesquisou sobre as diversas casas de cultos africanos em Maceió. Através de entrevistas, oficinas e encontros onde os participantes destas casas puderam falar de si, entre si e para si, ampliando a consciência se suas trajetórias e pertencimento indenitário. O projeto teve como produtos finais uma Cartilha: Gira da Tradição e um DVD com o mesmo nome.

Mapeamento do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas	2008	Resultado de pesquisa bibliográfica e documental, organizada no âmbito da Universidade Federal de Alagoas em atenção ao Edital PNPI de 2006, o <i>Mapeamento do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas</i> foi realizado em arquivos públicos e particulares na cidade de Maceió e teve como objetivo sistematizar as fontes documentais referentes ao patrimônio cultural imaterial alagoano. O levantamento realizado foi organizado em planilhas de Excel, seguindo as categorias de classificação do patrimônio imaterial expressas nos livros de Registro (saberes, celebrações, formas de Expressão, Lugares).
--	------	--

Fonte: Iphan/ AL.

Quadro 4 – INRCs realizados.

PROCESSO	ANO	DESCRIÇÃO
Inventário Nacional de Referências Culturais de Marechal Deodoro - Alagoas “Entre Práticas e Monumentos: Percursos do Patrimônio Imaterial na Antiga Vila de Santa Maria Madalena, Alagoas	2009/2010	O INRC de Marechal Deodoro foi uma demanda que partiu do próprio IPHAN AL que previa a identificação e o mapeamento do patrimônio imaterial do sítio histórico tombado. O grupo de pesquisa “Estudos da Paisagem” (DEHA/UFAL) sugeriu a realização da pesquisa, elegendo como recorte temático as práticas religiosas da localidade em seus aspectos “erudito, popular, devoções religiosas e práticas domésticas”, além de suas expressões na paisagem urbana e cultural. Foram inventariadas práticas relativas a celebrações, edificações, formas de expressão, lugar e ofício, especialmente (mas não exclusivamente) aquelas localizadas no “polígono sacro”.

Inventário Nacional de Referências Culturais de Penedo – Alagoas: O Rio São Francisco e seus patrimônios moventes	2009/2010	O projeto INRC Penedo foi também uma demanda que partiu do próprio IPHAN e que teve como objetivo principal identificar as referências culturais (vigentes ou em memória) presentes em Penedo e suas expressões na paisagem urbana e cultural, especialmente aquelas que se apresentam através das categorias celebrações, saberes e fazeres. O recorte geográfico da pesquisa foi o sítio histórico tombado em nível federal, por acreditarem os pesquisadores envolvidos na pesquisa ser esse ponto, “o universo simbólico mais denso da cidade” em virtude da proximidade com o Rio São Francisco, a feira, o casario, as praças e as igrejas.
---	-----------	---

Fonte: Iphan/ AL.

Encontra-se hoje na Superintendência do Iphan – AL 09 pedidos de registros. Destes pedidos, 03 são específicos do Estado de Alagoas e 06 são de abrangência regional – Nordeste.

Quadro 5 – Processos de Registros – Iphan/AL.

REGISTRO	SITUAÇÃO/FASE
Ofícios e modos de fazer da pesca tradicional da vila de pescadores de Jaraguá/AL	Em Análise preliminar
Ofício de Vaqueiro	Processos de Registro que ainda não passou pela Câmara do Patrimônio Imaterial.

Matrizes do Forró	Em Instrução Técnica
Repente	Processos de Registro que já passaram pela Câmara do Patrimônio Imaterial e, considerados pertinentes, estão em instrução técnica.
Bico e Renda Singeleza - AL	
Literatura de Cordel	
Cocos do Nordeste	
Teatro de Bonecos Popular do Nordeste	Arquivado
Festa de Bom Jesus dos Navegantes - AL	
	Processos indicados para arquivamento pela Câmara do DPI ou pelo Conselho Consultivo.

Fonte: Iphan/ DPI 2014.

Encontra-se também em andamento duas Salvaguarda: Jangadas Tradicionais, é uma ação que foi demandada pela Superintendência de Alagoas, e a Capoeira que é de abrangência nacional, esta, uma demanda do DPI para todas as 27 Superintendências do País.

Mas o projeto mais importante da Superintendência do Iphan-AL na atualidade para o Patrimônio Cultural Imaterial é o Convênio firmado com a Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas – SECULT, para a execução do Projeto: “Representações da Cultura Imaterial de Alagoas: mapeamento, fomento e salvaguardas”. Este projeto vem complementar as ações que fomentam o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, mais particularmente o Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI, que pretende realizar levantamento completo do Patrimônio Cultural Imaterial em cada um dos Estados da Federação, de modo a ter um reconhecimento amplo desses bens, como também efetivar proposições de registro.

A quantidade e a qualidade do acervo existente em Alagoas, colocou o Estado como piloto desse trabalho, considerando que Alagoas apresenta possibilidades de sucesso na aplicabilidade da Metodolo-

gia proposta, por possuir um território relativamente pequeno, com 102 Municípios, ser o 3º menor Estado do País e ter diversos agentes parceiros aptos a colaborar com todo o processo. Pretende-se fomentar o Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas, através de ações a serem executadas nos 102 Municípios do Estado, que contemplem: inventários e estudos, conforme a Metodologia do INRC8; proposição de atividades de salvaguarda de bens culturais identificados no Estado e de bens em risco de desaparecimento. A expectativa é de que todas as metas sejam plenamente atingidas, servindo como modelo para projetos subsequentes que se pretende efetivar nos demais Estados Brasileiros (Iphan/AL, Processo nº 01403.000737/2011-13).

O que torna este projeto relevante é o seu “ineditismo”, fazer o mapeamento de todos os Municípios do Estado, buscando reunir o maior número possível de informações e elencando as referências culturais citadas tanto nas fontes como pela população, nos dará acesso a dados importantes da Cultura alagoana. A intenção não é esgotar assunto, mesmo por que sabemos que toda pesquisa é lacunar, mas este inventário pretende ser um importante passo para reconhecimento e valorização das manifestações culturais vivas de Alagoas.

A Superintendência do Iphan em Alagoas vem buscando se firmar neste campo, que é tão rico no Estado, tem aberto suas portas ao público e todos os espaços sociais para novos encontros e trocas de conhecimento. Tem buscado construir sua identidade com autonomia guardando sua vocação: trabalhar o Patrimônio Cultural em todas as suas vertentes.

Apontamentos finais

O objetivo deste artigo consistiu em descrever as ações que o Iphan e a Superintendência do Iphan de Alagoas vem realizando dentro das políticas de Patrimônio Cultural Imaterial. A Superinten-

dência do IPHAN em Alagoas, se mostrou provocada pelas transformações ocorridas no âmbito destas políticas e vem desde então realizando projetos importantes para o conhecimento da cultura local.

A política federal para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial completou 14 anos, é um tempo muito pequeno, principalmente para formular e implementar políticas que possam responder a um conjunto tão amplo de segmentos da sociedade, entretanto, a experiência acumulada nestes anos é significativa, pois, mais do que conferir títulos, a política de patrimônio imaterial hoje implica na responsabilidade do ente público para com esses bens. É uma política que tem forte embasamento social que irriga e oxigena a política de patrimônio como um todo, tanto que agregou-se recentemente a valorização da diversidade linguística⁹, um país que, durante toda sua história, ostentou seu orgulho por falar uma única língua, o Português, mas que, ao contrário, ainda preserva a riqueza inestimável de possuir falantes de mais de 250 línguas, entre indígenas, crioulas, afro-brasileiras, de imigração e de sinais. (MACHADO, 2014)¹⁰.

Mas ainda é uma política que precisa melhorar a sua descentralização, grande parte das ações desenvolvidas ainda se encontra muito restrita à esfera federal e, apesar de Estados (como Alagoas) se mobilizarem para a criação de suas legislações, é cada vez mais urgente a necessidade de incentivar de forma reflexiva e mais efetiva, o alcance da política nos Estados e Municípios.

Notas

1 Os Sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil. IPHAN, 2003-2010.

2 O Decreto 3.551/00, que também cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

3 Publicação resultante das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI), formado por técnicos do Iphan, Fundação Nacional da Arte (Funarte) e Ministério da Cultura (MinC), que visavam elaborar proposta visando a regulamentação da proteção ao patrimônio imaterial (MinC/Iphan, 2000).

4 Os bens Registrados são os bens culturais imateriais reconhecidos, formalmente, pelo Estado como “Patrimônio Cultural do Brasil”. Esses bens são práticas e domínios da vida social apropriados por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade. São transmitidos de geração a geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade. Desta forma, contribuem para promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Os bens culturais imateriais passíveis de Registro pelo Iphan são aqueles que detém continuidade histórica, são relevantes para a memória nacional e fazem parte das referências culturais de grupos formadores da sociedade brasileira. De acordo com o Artigo 1º do Decreto 3551/2000, os bens culturais imateriais serão inscritos nos seguintes Livros de Registro: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares (Iphan/DPI, 2014).

5 O INRC é realizado em três etapas, com graus diferentes de aprofundamento. A primeira, denominada Levantamento Preliminar, tem caráter amplo e a finalidade de realizar um primeiro mapeamento dos bens culturais, de identificar e mobilizar atores, de analisar e sistematizar o que já se sabe sobre o território e as comunidades que participam do inventário. A segunda, chamada de Identificação, tem como objetivo aprofundar o conhe-

cimento e a documentação dos bens culturais e sempre envolve pesquisa de campo na perspectiva etnográfica, assim como a geração de registros audiovisuais. A terceira, Documentação, se destina à sistematização, qualificação e tratamento dos dados e materiais produzidos, e à divulgação dos resultados (Iphan/DPI, 2014).

6 MaPi é uma ferramenta na disseminação de informações sobre o Patrimônio cultural imaterial identificado e reconhecido, tem como função proporcionar ao pesquisador e ao público um panorama das ações e instituições relacionadas aquele bem cultural. É um sistema georeferenciado que permite inclusive que novas frentes de trabalho e inventariação sejam implementadas a partir dos grandes vazios informacionais (Iphan/DPI, 2014).

7 SANTOS, Greciene Lopes. *Produto 1: Documento técnico contendo a descrição e análise do processo e resultados da sistematização de informações de base documental sobre as ações de identificação registro e salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial já iniciadas na Superintendência do IPHAN/AL*, Maceió, abr. 2012.

8 A metodologia: Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC – consiste em identificar, documentar e registrar bens culturais, de natureza imaterial, para atender a demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais de grupos formadores da sociedade brasileira e apreender os sentidos e valores atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores da região inventariada, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação.

9 Durante o período de 2011 – 2014, procurou-se consolidar a Política da Diversidade Linguística, que foi instituída em dezembro de 2010 pelo Decreto nº 7.387/2010, com o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) e que criou as condições para a elaboração de uma política específica para as línguas faladas no Brasil. Essa política tem como principal objetivo a valorização e a promoção da diversidade linguística brasileira que, além do português e de suas variedades, compreende mais de 250 línguas, entre indígenas, crioulas, afro-brasileiras, de imigração e de sinais. Deve ser

destacado que é uma política interministerial, MinC, MEC, MPOG, MJ e MCTI (Iphan/DPI, 2014).

10 Jurema Machado Arquiteta, Presidente do Iphan - Artigo publicado originalmente no jornal Estado de Minas. <http://portal.iphan.gov.br> – Acesso em 20/02/2015.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina. *Memória e Patrimônio - ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A editora Ltda., 2003.

ALENCAR, Rívia. *Será que dá samba? Mudança, Gilberto Gil e Patrimônio Imaterial no Ministério da Cultura*. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2005.

ALENCAR, Rívia. *O samba de roda na gira do patrimônio*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, 2010.

ALVES, Elder Patrick Maia. *A política do patrimônio imaterial em Alagoas*. In: Alexandre Barbalho, José Marcio Barros e Lia Calabre.. (Org.). *Federalismo e Políticas Culturais no Brasil*. 1ed.Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2013, v. 1, p. 179-200.

ARANTES, 2000. *Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

BARBALHO, Alexandre. “Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença”. Trabalho apresentado no III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, 2007.

BOTELHO, Isaura. “Dimensões da Cultura e Políticas Públicas”. In: São Paulo em Perspectiva. SP, nº 15(2), abr/jun, 2001.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural

brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 5 ago. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>.

CALABRE, Lia. “Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas”. In: RUBIM, Antônio e BARBALHO, Alexandre (org.) *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: UFBA, 2007.

_____. “Política cultural no Brasil: um histórico”. In: CALABRE, Lia (org) *Políticas culturais: diálogo indispensável*. RJ: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

FALCÃO, Joaquim. “Patrimônio Imaterial: um sistema sustentável de proteção”. In: Revista Tempo Brasileiro nº 147. RJ: Tempo Brasileiro, 2001.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Por uma história da noção de patrimônio cultural no*

Brasil. In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 34. Brasília/Rio de Janeiro: IPHAN, 2011.

DUARTE, Adriana Guimarães. *Saberes e fazeres em casos de tombamentos e registros da práxis preservacionista nacional em Alagoas: contribuição ou uma questão de interpretação?* Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós graduação em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado. Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2014.

GOLDENBERG, M. (orgs). *Fazendo antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. FUNARTE; IPHAN; CNFCP. *Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas*. Série Encontros e Estudos, vol. 5. Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, 2004.292.

GONÇALVES, José Reginaldo S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

IPHAN. *Manual de aplicação do INRC*. Brasília, 2000.

IPHAN. *Para saber mais*. Brasília, 2012.

IPHAN. O Registro do patrimônio imaterial. Brasília, 2006a.

IPHAN. Resolução nº 001, de 2006. Brasília, 2006b.

IPHAN/CNCP. Registro e Políticas de Salvaguarda para as Culturas Populares. Série Encontros e Estudos, volume 6. Rio de Janeiro: Iphan, CNFCP, 2005.

IPHAN. Mapeamento do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas. Maceió: FUNDEPES/UFAL, BRASÍLIA: IPHAN, março de 2008.

LONDRES, Cecília. “Da Modernização à Participação: A política federal de Preservação nos anos 70 e 80”. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Volume 24 Cidadania. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

_____. “Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio”. In: Inventário Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN, 2000

_____. “Para além da ‘pedra e cal’: por uma concepção ampla de patrimônio”. In: Revista Tempo Brasileiro out-dez n.º 147. RJ: Tempo Brasileiro, 2001.

MINC/IPHAN. O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê Final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2003 [2000].

MAGALHÃES, Aloísio. “E Triunfo? A questão de bens culturais no Brasil”. RJ: Nova Fronteira, 1997.

ROCHA, Nadja Waleska Silva Théo Brandão, os estudos folclóricos e o campo do patrimônio no Brasil. Dissertação de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2013.

ROQUE, Lucas dos Santos e CUNHA, Maria Helena (org.) Patrimônio imaterial: fortalecendo o Sistema Nacional / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília : IPHAN, 2014.

RUBIM, Antonio. “Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos”. In: Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. SP, v. 31, nº1, jan/jun, 2008.

SILVA, Fernando. “Mário e o Patrimônio: um anteprojeto ainda atual. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n.º 30, 2002

SANT’ANNA, Márcia. “Relatório Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial”. In: O Registro do Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN, 2000.

_____. “Patrimônio Imaterial: do conceito ao problema da proteção” In: Revista Tempo Brasileiro. Volume 147, Rio de Janeiro: TB, 2001.

VELHO, Gilberto. “Patrimônio, negociação e conflito”. Mana, Rio de Janeiro, v. 12, n.1, Apr. 2006.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial; Paris, 17 de outubro de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540POR.pdf>>

VIANNA, Letícia C. R. “Dinâmica e Preservação das Culturas Populares: experiências de políticas no Brasil”. Revista Tempo Brasileiro. N. 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

_____. “Patrimônio Imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular”. In: LONDRES, Cecília [Et.al], Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas. Série Encontros e Estudos, vol. 5. Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, 2004.

Outras fontes consultadas

Processos Administrativos (Iphan - Alagoas):

Processo nº. 01403.000737/2011-13 – INRC – Representações da Cultura Imaterial de Alagoas: mapeamento, fomento e salvaguardas.

Processo Nº 01403.000164/2009-11 - Representações da Cultura Imaterial de Alagoas: INRC, mapeamento, fomento e salvaguardas.

RELATÓRIO 2011-2014 Departamento de Patrimônio Imaterial – IPHAN.